

BOLETIM informativo

SISTEMA FAEP



Ano XXVI
nº 1139
6 a 12 de junho de 2011

Tiragem desta edição:
24.000 exemplares



Mala Direta
Postal

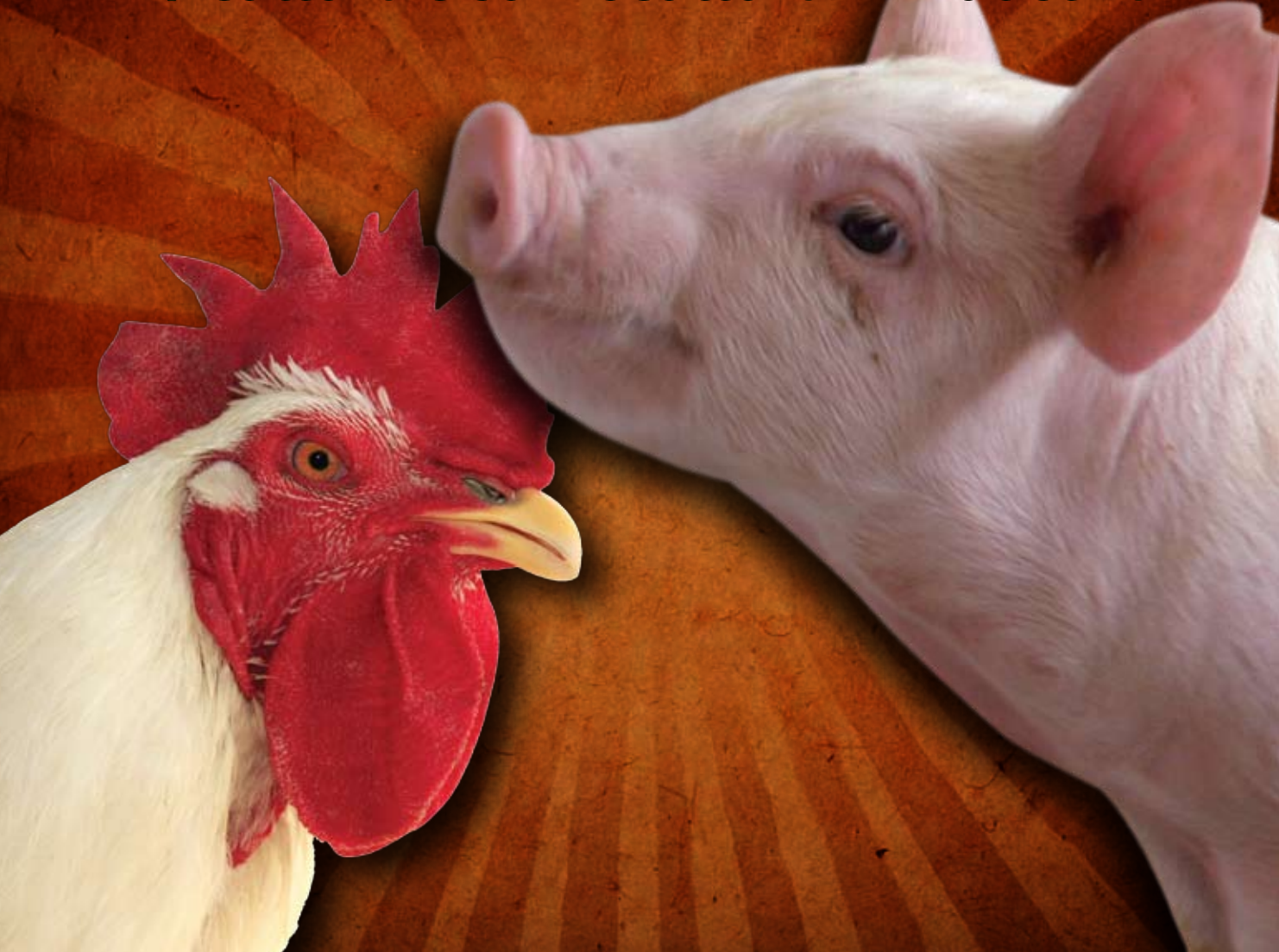
9912271704-DR/PR

SENAR

CORREIOS

A busca do equilíbrio

Avicultura e suinocultura X Indústria



R\$ 500 milhões: recursos ao Arenito Caiuá

2 **Negociação**
Aves e Suínos X Indústria

6 **Viagem Técnica**
Giro pela Europa

9 **Trigo**
O futuro

10 **Leite**
A opinião do especialista

12 **Previdência**
Aposentadoria no campo

14 **Arenito do Caiuá**
Plano a 107 municípios



17 **Arroz**
A crime continua

18 **Via Rápida**
A fórmula 1, o Vaticano, o Tunelzão, Lulu e Saddam, os Návios, os Gênios do Enem, Papagaio e periquito, Mãe é Mãe e Incontinência urinária

20 **Cursos**
Empreendedor, Mulher Atual, Rédeas e Posse

22 **Cartas**

23 **OIE**
A reunião em Paris

Em busca



Fotos: Arquivo

“É preciso mudar de postura: de produtor para gestor”

Na última terça-feira (31/05) as comissões de Suinocultura e Avicultura da FAEP se reuniram na sede da entidade, em Curitiba, tratando de um ponto em comum: a falta de equilíbrio nos contratos de integração com as indústrias. Neste jogo a FAEP junto com a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) desenvolveram uma tabela de custos. “Esta é a primeira ferramenta que os produtores precisam para buscar melhores condições junto às integradoras”, afirmou o diretor financeiro da FAEP, João Luiz Rodrigues Biscaia, que abriu as duas reuniões.

As tabelas de custos foram elaboradas pelo economista e pesquisador da Embrapa, Ademir Giroto, atualmente consultor da FAEP e pelo médico veterinário Fabrício Monteiro, do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP. Em todas as regiões pesquisadas os técnicos afirmam: a comercialização não cobre os custos de produção.

Desde 2008

O trabalho começou em 2008. Além da elaboração da tabela, também foram produzidas e publicadas pelo Sistema FAEP,

do equilíbrio



Fernando Santos



“

Esta é a primeira ferramenta que os produtores precisam para buscar melhores condições junto às integradoras.

*João Luiz Rodrigues Biscaia,
diretor financeiro
da FAEP.*

”

duas cartilhas técnicas: uma para avicultura e outra para suinocultura. A atualização dos dados junto aos produtores é feita, semestralmente, por Monteiro e a economista Tânia Moreira, também do DTE.

“O desafio era criar uma metodologia de custo que fosse boa para os dois lados. As duas partes têm o direito e precisam conhecer a realidade dos custos de produção para negociar em igualdade de condições”, afirma Giroto.

Avicultura

Os 18 representantes presentes à reunião da comissão, representando cerca de 8.000 avicultores paranaenses, aprovaram por unanimidade a busca da criação do “Conseaves”, a exemplo do Conseleite e Consenaca (veja quadro na página 5). Na prática, os avicultores decidiram que o setor precisa ter um conselho que reúna produtores e indústrias para trabalharem juntos e em condições justas.

Suinocultura

Na reunião da Comissão de Suinocultores, Giroto falou sobre a importância do domínio da ferramenta. “Os suinocultores precisam mudar de postura de produtor para gestor. O modelo que criamos permite inserir ou retirar itens de custo de produção sempre refletindo a realidade de cada propriedade”.

O SENAR-PR vai treinar seus instrutores, a partir de agosto, para incluírem nos cursos afins a execução da tabela. “Quem tiver dificuldades de alimentar a tabela com as informações de produção podem também recorrer aos sindicatos rurais ou diretamente ao Departamento Técnico e Econômico da FAEP”, afirma Monteiro.

O produtor Reni Girardi de Lima, de Pato Branco, presente à reunião faz um alerta aos colegas de atividade. “Precisamos parar de nos enganar. A depreciação da propriedade é um item que tem que ser contabilizado nos custos da produção, pois os anos passam e nossos barracões apodrecem e nós é que ficamos com esta conta sozinhos para pagar. Temos que enxergar nossa atividade como uma empresa que não pode ter prejuízos”, diz.

Gerardi, que é produtor independente, afirma que a postura da FAEP junto aos suinocultores é vital. “Estamos avançando bastante no processo de estruturação da nossa atividade. A FAEP, junto com os sindicatos e a comissão estão nos auxiliando muito. A Federação deve continuar este trabalho de capitanear este importante passo para a atividade”, analisa.

Para o presidente da Comissão de Suinocultura da FAEP, João Batista Manfio, os suinocultores precisam se mobilizar e unir mais. “O fortalecimento dos produtores é fundamental para garantirmos uma vitória junto às indústrias. Não somos inimigos, mas também não podemos ser o lado fraco desta cadeia produtiva”, finalizou.

“

Os suinocultores precisam mudar de postura de produtor para gestor. O modelo que criamos permite inserir ou retirar itens de custo de produção sempre refletindo a realidade de cada propriedade.

*Ademir Giroto,
consultor da FAEP.*

”

“

A FAEP, junto com os sindicatos e a comissão estão nos auxiliando muito. A Federação deve continuar este trabalho de capitanear este importante passo para a atividade.

*João Batista Manfio,
presidente da
Comissão de
Suinocultura da FAEP.*

”



Arquivo



Fernando Santos





Arquivo



Fabrício Monteiro, médico veterinário do Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP.

Uma lei para a integração

A FAEP acompanha a tramitação no Congresso Nacional do projeto de lei nº 8.023/2010, de autoria da Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), que trata das relações jurídicas da integração agroindustrial. “Esperamos que esta lei traga mais segurança jurídica e transparência para a relação entre os produtores e a indústria”, diz Fabrício Monteiro médico-veterinário do DTE.

O projeto de lei que tramita permitirá aos agentes econômicos e também os aplicadores do direito (juizes, advogados, fiscais, etc.) identificar e distinguir os contratos de integração quando em confronto com outros tipos contratuais como compra e venda, trabalho subordinado e parceria. Em outras palavras, a tipicidade legal do contrato terá reflexos na aplicação da legislação tributária, trabalhista e previdenciária, além da legislação civil propriamente dita.

CONSELEITE E CONSECANA

Fernando Santos



Durante a reunião dos suinocultores e avicultores, a engenheira-agrônoma Maria Silvia C. Digiovani, que acompanha os conselhos paritários produtores/indústrias do leite e da cana-de-açúcar do Paraná (Conseleite e Consecana) fez um relato sobre a metodologia de funcionamento destas instituições.

Maria Silvia falou da relação de interdependência entre produtor e indústria e da mudança de paradigma entre estes dois atores com a filosofia ‘do perde-ganha’ dando lugar ao ‘ganha-ganha’, onde produtores e indústrias dividem o resultado da comercialização com equidade, tanto nos períodos de alta de preços como nos de baixa. Isso é possível porque a metodologia empregada permite determinar a participação da matéria prima nos produtos derivados. Tomando o exemplo de um litro de leite pasteurizado, a participação da matéria prima (leite entregue pelo produtor) é de 57,08% (definido no âmbito da Câmara Técnica). Isso significa que o custo de produção do leite no campo participa com 57,08% no custo de produção industrial.

Pelo princípio de equidade que rege o Conselho, a mesma porcentagem será utilizada para determinar a porcentagem do produtor no preço de venda do produto. A câmara técnica do Conseleite é composta por 16 técnicos (oito representantes dos produtores e oito das indústrias), coordenados por dois professores da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

“A universidade é a responsável pelo acompanhamento de preços de todos os produtos comercializados pelas empresas, no atacado, que fazem parte dos conselhos e divulga somente os preços médios. Está previsto em contrato uma cláusula de sigilo absoluto sobre informações de empresas individuais. Sem estas especificidades o Conseleite não teria como existir”, explica Maria Silvia.

Os preços de referência do Conseleite Paraná servem também de parâmetro para outros estados que se valem dos valores divulgados para negociações entre seus produtores e indústrias. O modelo paranaense já foi implantado nos Estados: Rio Grande do sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais está em processo de análise. *

O Giro técnico



A evolução da Holanda e o comportamento do Greenpeace na sua sede

*Durante 16 dias, de 22 de maio a 5 de junho, o Sistema FAEP levou o segundo grupo de presidentes de sindicatos rurais do Estado para a Europa, para conhecerem a agropecuária de cinco países. França, Bélgica, Holanda, Alemanha e Itália foram os destinos. A repórter **Christiane Kremer** acompanha o grupo, ela que foi autora da edição especial deste Boletim (1129), no final de março, que narrou os 100 anos da colonização holandesa no Paraná. Agora ela viu pessoalmente o país e enviou esse relato.*

Terceira nação a ser visitada pelo grupo, a Holanda encheu os olhos dos paranaenses. Com 16 milhões de habitantes, o país europeu se destaca pela evolução e tolerância, que parece não se restringir aos temas urbanos que lhe deram fama, como liberação sexual, prostituição regulamentada e uso lícito de maconha. Vai além, chega ao campo na forma de organização, desenvolvimento e eficiência.

Essa última característica foi destaque entre os paranaenses, principalmente porque a busca pelo aumento da produtividade e redução de custos. “É impressionante a determinação do povo holandês e a preocupação que eles têm com a sucessão familiar e a produção. Se preocupam também com a circulação de caminhões nas estradas devido a emissão de gás carbônico”, observou Gilberto Bernini, presidente do Sindicato Rural de Grandes Rios.



Fotos: Claudius Augustus



Com 19% de seu território coberto por água, a Holanda impressiona por sua capacidade de transformar dificuldades em solução. A mais avançada rede de diques construída no mundo está no país europeu e arranca comentários engraçados, porém verdadeiros, como o que fez o presidente do Sindicato Rural de Foz do Iguaçu, o gaúcho Pedro Jacob Lakus: “Nós não podemos se botar contra esses homens, pois se eles fizeram o mar recuar imagina o que podem fazer com a gente”, disse.

pela Europa



Pesquisa

As visitas aos centros de pesquisa, como o de estudos em estufas e à universidade de agronomia do país, a Wageningen, na cidade de Haia, serviram para confirmar isso. A universidade, por exemplo, foi criada pelos próprios produtores rurais ao se depararem com a necessidade de saber os custos de produção de suas atividades para subsidiar o governo numa política de preço.

Já o centro de pesquisa em estufas, que atua de forma privada, desenvolve pesquisas demandadas pelos próprios produtores. O foco, segundo o pesquisador do centro Marc Rujis, é otimizar a produção de hortaliças e flores, garantindo a redução na aplicação de pesticidas, já que em 1980 o país fez um acordo de redução de 50% no uso de defensivos agrícolas até os anos 2000. A instituição é mantida pelos produtores, que pagam contribuição compulsória, que varia de acordo com a rentabilidade de sua cultura. Para quem produz tomate, por exemplo, a taxa é de 2 mil euros por hectare ao ano.

For Farmers

A empresa holandesa For Farmers de fabricação de ração animal, tem um século de história. Foi criada pelos produtores e hoje abastece 70% do mercado de ração animal na Holanda, além de 5% da Alemanha. Noventa e sete por cento do farelo de soja que vai na fabricação do produto é proveniente do Brasil. Tem 10 mil clientes.

Brasileiro empreende em Rotterdam



Um brasileiro está empreendendo num projeto de logística sustentável para transporte de produtos entre os países da União Europeia. Mestre em Economia Marítima e Logística, Antonio Sergio Ellero desenvolveu um projeto a fim de maximizar a utilização do transporte multimodal no escoamento do suco de

laranja brasileiro. Atualmente, o produto chega ao Porto de Rotterdam, onde fica armazenado até ser transportado por caminhões-tanque.

A proposta do brasileiro é utilizar tanque em forma de container para que o produto possa ser transportado em barcas, pelo rio. A alternativa diminui o uso do modal rodoviário na operação, que tem custo elevado e é responsável por grandes emissões de gás carbônico. O projeto é subsidiado pelo governo holandês e já está na fase piloto.

Segundo Ellero, o tempo para que a carga chegue até o destino final aumenta em dois dias, mas o projeto é viável, visto que o produto não estraga neste período. “A capacidade de transporte da barcaça equivale a 200 caminhões”, informa Ellero, ressaltando que pode chegar a retirar 400 caminhões do transporte rodoviário.

GREENPEACE

“Por que só nós somos cobrados”

Durante a visita, a comitiva brasileira também ficou desconcertada: “Por que só nós somos cobrados?”, indaga o presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antonio Borghi.

ONGs internacionais como o Greenpeace, sediado na Holanda, participam frequentemente das discussões sobre o novo Código Florestal brasileiro.

A delegação de líderes rurais, organizada constatou justamente na Holanda que o discurso da famosa ONG em favor da natureza não é aplicado em seu próprio país.

Entrevistado por Sergio Mendes, da Rádio CBN Maringá, Borghi, que integra a comitiva, disse ter ficado perplexo com o que encontrou em terras holandesas. “Aqui

não há mata ciliar em lugar nenhum, muito menos reserva legal. Mesmo assim, a gente vê que os rios são muito limpos. Ou seja, tudo o que aprendemos até agora, de que a mata ciliar é para proteger os rios, está caindo por terra”, disse Borghi.

Ele ressaltou o rigor com que o Greenpeace atua no Brasil, ao mesmo tempo em que não exerce pressão alguma sobre a falta de preservação ambiental na própria Holanda, que deveria servir de exemplo. “Estamos constatando aqui uma quebra de paradigma, algo que precisa ser levado em conta nas discussões do novo Código Florestal”, afirmou o presidente do sindicato. E pergunta: “Por que somente nós, os agricultores brasileiros, estamos sendo cobrados?”. *

"O futuro do trigo"

No final de junho, seminários sobre as tendências do mercado de trigo

Os Sistemas FAEP e OCEPAR, com o apoio dos sindicatos rurais e das cooperativas, promovem os seminários "O Futuro do Trigo" sobre a nova classificação do cereal e as tendências do mercado. O público-alvo do evento são produtores rurais, técnicos, agrônomos e assistência técnica de cooperativas. A entrada é gratuita. Os seminários ocorrerão em quatro municípios: 29 de junho, em Ponta Grossa e Guarapuava e no dia 30 de junho, em Pato Branco e São João.

Novidades na classificação do trigo

A organização dos seminários foi motivada pelo novo padrão oficial de classificação do trigo brasileiro, que entra em vigor em julho de 2012. A classificação oficial serve para definir critérios de qualidade do trigo nas políticas públicas de apoio à comercialização do governo federal previstas na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como as Aquisições do Governo Federal (AGF) e os Prêmios de Escoamento da Produção (PEP).

As mudanças devem influenciar a escolha das variedades de sementes, as técnicas de manejo, a segregação e o preço final do produto. A nova regra eleva os padrões qualitativos em vigor desde 2001 e estabelece exigências para fazer a aderência da classificação oficial ao que já é praticado pelo mercado. Consumidores, indústrias e moinhos já demandavam trigo com determinadas características de qualidade que são superiores às previstas na antiga classificação oficial.

Vale lembrar que o Brasil produz 50% do trigo consumido no mercado interno e mesmo assim os produtores têm problemas de comercialização. O trigo é uma lavoura de alto risco climático e de preços e o mercado consumidor é muito exigente com a qualidade. Além de apresentar a nova classificação e os parâmetros que determinam a qualidade do trigo, o seminário trará informações sobre as perspectivas de mercado para o trigo.

Programação:

"Parâmetros que determinam a qualidade em cultivares de trigo"

Eng. Agrônomo, D.S., Francisco de Assis Franco

Gerente de programa de pesquisa de trigo - Coodetec

"Tendências do mercado de trigo"

Eng. Agrônomo Robson Mafioletti - Sistema OCEPAR

"A nova classificação do trigo"

Economista Pedro Loyola - Sistema FAEP



Serviço:

Maiores informações:

41-2169-7923

Alessandra (FAEP)

41-3200-1115

Aline (Ocepar).

Locais e horários dos seminários:

Ponta Grossa

29/06 (quarta-feira) 09h30-12h00
SALÃO DA ASCOOPA - ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA COOPAGRÍCOLA
Rua Arno Wolf, 100 - Santa Tereza

Guarapuava

29/06 (quarta-feira) 19h00-21h30
ANFITEATRO DO SINDICATO RURAL
Rua Afonso Botelho, 58 - Trianon

Pato Branco

30/06 (quinta-feira) 09h30-12h00
CENTRO REGIONAL DE EVENTOS
PARQUE DE EXPOSIÇÕES
Rua Benjamim B. dos Santos 111 - Fraron

São João

30/06 (quinta-feira) 15h00-17h30
AUDITÓRIO DA SICREDI IGUAÇU
Rua São Francisco, nº 583 - Centro

Leite: Olho nos

E veja os novos padrões da IN 51

O presidente da Comissão Nacional de Bovinocultura de Leite da CNA e da Câmara Setorial do Leite do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Mapa, fez uma análise do setor leiteiro, em maio passado, durante a Expoingá, em Maringá. Ele aprofundou principalmente as questões dos custos de produção e a Instrução Normativa 51.

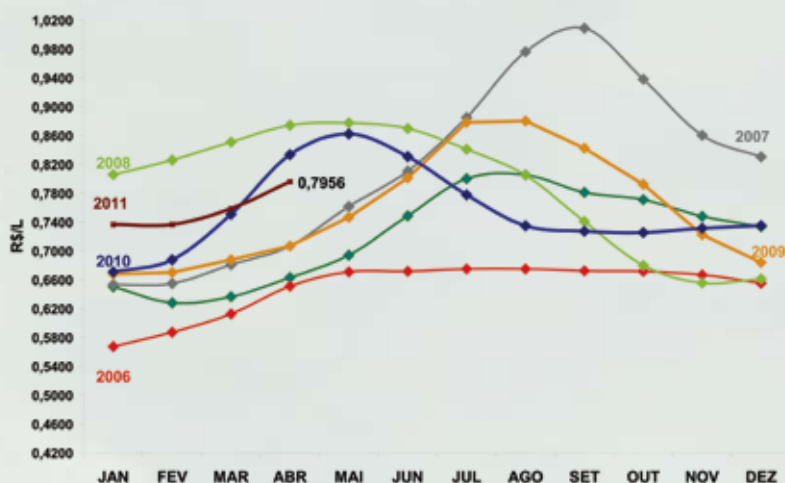
Segundo ele, a atividade leiteira no Brasil está passando por um bom momento, mas o produtor rural deve ficar de olho nos custos de produção. Somente em março deste ano, na comparação com fevereiro, o custo do leite apresentou alta de 5%. Em relação a fevereiro do ano passado, o acréscimo foi de 14%. No primeiro semestre do ano passado o produtor gastava, em média, 27 litros de leite para comprar um saco de milho. Hoje ele está gastando 41 litros para cada saco.

Outro fator preocupante apontado pelo

palestrante é a queda na captação do leite. Em março deste ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, a captação registrou queda de 2%. Já em relação a fevereiro de 2011, a captação foi 6% menor. “Isso acende uma luz vermelha. É sinal de produção negativa”, alertou. Além disso, Alvim informou que as importações de leite continuam aumentando por conta da valorização do real. Segundo ele, o fato de a moeda brasileira estar acima do dólar diminui a competitividade para a exportação e aumenta a importação do produto. Em fevereiro foram importadas 14,5 mil toneladas, sobretudo de leite em pó e queijos, principalmente dos países vizinhos, Argentina e Uruguai. Ele explicou que para produzir cada quilo de queijo ou leite em pó gastam-se 10 litros de leite. Ou seja, 14,5 mil toneladas equivalem a 145 milhões de litros de leite, quase 5 milhões de litros por dia.

Deficit na balança comercial

Série de preços médios pagos aos produtores brasileiros deflacionados pelo IGPI.



custos

Alvim lembrou que, em 2008, o Brasil ocupou a 5ª posição como maior exportador mundial de leite, com superávit na balança comercial de US\$ 328 milhões. Somente no 1º quadrimestre de 2011 o déficit já soma US\$ 144,7 milhões. Em 2010, o déficit atingiu US\$ 174,8 milhões. Ou seja, o saldo negativo na balança comercial será maior neste ano.

Alvim lembrou que, no governo anterior, havia mais sensibilidade para moralizar as importações lácteas, quando foram firmados acordos de cotas com a Argentina e de autorização de importações não automáticas. “Em 2011 as importações aumentaram muito e a CNA trabalha para conseguir do governo uma atuação tão firme quanto a que ocorreu no mandato anterior”, observou.

Instrução Normativa 51

Outro tema discutido por Alvim foi a Instrução Normativa 51, que determina novos padrões à qualidade do leite brasileiro a partir de julho de 2011, conforme previsto na edição da Instrução Normativa, em 2002. “Não podemos adiar essa data, porém os parâmetros propostos são excessivamente rígidos”, disse.

Segundo ele, com os novos padrões cerca de 70% do leite brasileiro ficará fora de padrão, por isso a aplicação da normativa é impraticável de imediato. De acordo com Alvim, nem mesmo em países como os Estados Unidos e Canadá, que trabalham com a qualidade do leite há mais de 40 anos, os padrões são tão rígidos. “Nós fomos ingênuos ao

Arquivo



Rodrigo Sant'Anna Alvim

aceitar os prazos para adequação aos padrões propostos pela IN 51 em 2002. Por inexperiência, não tínhamos como prever que padrões semelhantes ao Canadá, por exemplo, são impossíveis de serem atingidos em regiões de clima tropical em tão pouco tempo”, afirmou.

Além disso, afirmou Alvim, continuamos aguardando, desde 2002, a contrapartida do governo, que seria a adequação da infraestrutura como melhoria de estradas, garantia de fornecimento ininterrupto de energia elétrica, laboratórios em número suficiente para atender a necessidade de análises, assistência técnica aos produtores, entre outras.

Proposta

Por isso, a CNA e a Câmara Setorial do Leite, estão encaminhando documento ao Mapa propondo alteração nos parâmetros a vigorar a partir de julho, progredindo até chegar ao valor ideal conforme quadro abaixo:

	IN 51 atual	IN 51 a partir de julho 2011	Proposta dos produtores para vigorar a partir de jul /2011
Contagem de células somáticas	750 mil /ml de leite	400	

Fonte: Cepea/Esalq-USP



A Contribuição previden

Por José Luiz Machado,

Técnico do Setor de Arrecadação do SENAR-PR

Os produtores rurais pessoas físicas contribuem à Previdência Social com 2,1% sobre o valor da comercialização da produção rural, conhecido como Funrural. Acrescenta-se a esse valor, mais 0,2% destinado ao SENAR. É importante observar que existem duas categorias de produtores rurais pessoas físicas:

Segurado Especial, previsto na Constituição de 1988, é o produtor que trabalha em regime de economia familiar, sem empregados permanentes e em área de até 4 módulos fiscais. Esses produtores, a partir da lei 11.718/2008, podem contratar empregados por pequeno prazo, na razão de 120 dias homem/ano. Ou seja, um trabalhador por até 120 dias no ano, 2 trabalhadores por até 60 dias, 3 por até 40 dias e assim sucessivamente, sem perder a condição de Segurado Especial.

Essa categoria de produtor também contribui com o Funrural e com o SENAR. O valor recolhido ao Funrural serve para custear sua previdência, ou seja, os benefícios junto ao INSS: aposentadoria aos 60 anos para os homens e 55 para as mulheres, salário maternidade, auxílio doença, dentre outros.

Contribuinte Individual é o produtor rural, proprietário ou não, que desenvolve atividade rural em área superior a 4 módulos fiscais, mesmo sem empregados ou com empregados independente do tamanho de sua propriedade.

Ao contribuírem com o Funrural, esses produtores têm a substituição da



PREVIDÊNCIA SOCIAL

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

cota patronal do encargo previdenciário sobre a folha de salário de seus empregados, que é de 20% ao INSS mais 3% ao RAT – Riscos Ambientais do Trabalho. Então, 2,1% sobre a comercialização de sua produção rural substitui 23% sobre a folha de pagamento. É essa contribuição substitutiva que está sendo discutida judicialmente na ação impetrada pelo Frigorífico Mataboi (RE 363.852). A contribuição ao SENAR, de 0,2%, não é objeto de discussão e continua sendo devida normalmente.

Vale lembrar que o empregador ainda deve recolher mais 2,7% sobre o salário de seus empregados, sendo 2,5% ao salário educação e 0,2% ao Inkra. Também tem a obrigação de reter 8%, 9% ou 11% do salário de seus empregados e efetuar o recolhimento.

Ao contrário dos Segurados Especiais, os produtores enquadrados como contribuintes individuais devem recolher também sua própria contribuição ao INSS, respeitando o limite mínimo de R\$ 545,00 e máximo R\$ 3.689,66.

ciária do produtor rural



Fernando Santos

José Luiz Machado, técnico do SENAR-PR

NOTAS

- A contribuição destinada ao SENAR não faz parte do Funrural, embora seja recolhida na mesma GPS.
- O produtor enquadrado como Contribuinte Individual é um segurado obrigatório da previdência, devendo recolher sua própria contribuição.

ONDE BUSCAR INFORMAÇÕES:

INSS: Agências, PrevFone 135, internet www.previdencia.gov.br;

Receita Federal do Brasil: Agências, Receitafone 146, internet www.receita.fazenda.gov.br;

Sistema FAEP/ SENAR-PR: (41) 2169-7988 / 2106-0401, internet www.sistemafaep.org.br.

COMO CONTRIBUIR

1. Quando os produtores pessoas físicas, Segurados Especiais e Contribuintes Individuais, vendem sua produção para empresas como cooperativas, frigoríficos, laticínios, supermercados, cerealistas, entre outros, é feita a retenção de 2,3% sobre o valor total da venda. Esse valor é recolhido pela empresa adquirente em GPS – Guia da Previdência Social, com o código 2607, destinando 2,1% ao INSS e 0,2% ao SENAR.
2. Quando comercializar com outro produtor pessoa física, consumidor pessoa física, destinatário incerto ou não comprovar formalmente o destino da sua produção deve ser utilizada uma GPS com o código 2704. Caso o produtor tenha liminar para não recolher o Funrural, deverá utilizar GPS com o código 2712, informando somente o valor destinado ao SENAR, 0,2% no campo 6 da guia. O empregador deverá também prestar essas informações em GFIP/SEFIP – Guia do FGTS e Informações à Previdência Social, documento feito pelo Contador ou pelo Sindicato Rural quando faz a folha de pagamento do produtor.
3. O Contribuinte Individual deve recolher mensalmente sua contribuição (Carnê do INSS), utilizando GPS com o código 1007 e informando o número de sua matrícula CEI – Cadastro Específico do INSS. *

R\$ 500 milhões para a região do Arenito Caiuá

Financiamento do Banco do Brasil atingirá
107 municípios

Na semana passada (27.05), o governo estadual anunciou um pacote de medidas, em convênio com o Banco do Brasil (BB), para incentivar os produtores rurais da região do Arenito Caiuá, que compreende 107 municípios. Entre elas, a liberação de R\$ 500 milhões ao ano para financiamentos as principais atividades produtivas nos municípios, como bovinocultura de leite e de corte, produção de mandioca, avicultura de corte, cafeicultura e citricultura. A meta é atender cerca de 14,9 mil agricultores de todos os portes, cooperativas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 10,5 milhões e fundações sem fins lucrativos.

O plano de ação prevê reuniões para informar e sensibilizar produtores rurais sobre o projeto. Em seguida, serão definidos a quantidade de produtores que vão compor os grupos formados, a seleção de produtores, os treinamentos e o estabelecimento de parcerias com empresas compradoras, visando construir um elo seguro de comercialização da produção agropecuária.



O governador Beto Richa e o vice-presidente de agronegócios do BB, Osmar Dias

O protocolo de intenções envolve ainda o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre as instituições que apoiam o programa estão a FAEP, a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Emater, Iapar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Sebrae.

UM BISTURI SOBRE A TERRA

Os antigos moradores do noroeste paranaense ainda têm na memória as enormes vossorocas que rasgavam o solo composto pelo Arenito de Caiuá. Como um bisturi incontrolável sobre a terra frágil, as chuvas desencadeavam um processo gradativo de erosão que não respeitava áreas urbanas e rurais. Aliás, o primeiro programa de combate da erosão ocorreu em 1960. Depois, sucessivamente, foram sendo criados outros até que geada negra de 1975 extirpou milhares de hectares de café na região. A pecuária extensiva substituiu gradativamente o café e no seu rastro o binômio soja-trigo, o milho, a cana, fruticultura e outras de menores dimensões. O cenário mudou e nessas mudanças o produtor passou a se utilizar de novas inovações no cultivo daquela pouco consistente, mas rico solo, onde o terraceamento e o plantio direto são fundamentais.



O governador Richa durante o lançamento do programa para a região Arenito Caiuá

Programas recentes

Há mais de oito anos a região do Arenito Caiuá vem recebendo incentivos do governo para potencializar as cadeias produtivas da região. Em 5 de setembro de 2002, o ex-governador Jaime Lerner renovou junto ao BB o contrato do Programa Arenito com o objetivo de incentivar o plantio de soja e milho. Para a renovação do convênio foram anunciados recursos de R\$ 186 milhões. No ano anterior, primeiro ano do programa, o BB abriu financiamentos no valor de R\$ 100 milhões – e acabou destinando R\$ 124,2 milhões aos produtores rurais diante da grande procura. O Arenito Nova Fronteira envolvia os 107 municípios do noroeste do Estado e uma extensão de 3,2 milhões de hectares de solo degradado pela prática contínua da pecuária. O Programa foi tema de um encarte especial deste Boletim, na semana de 16 a 22/09/2002).

Um ano depois, o então governador Roberto Requião anunciou a renovação do convênio com o Programa Arenito Nova Fronteira e Paraná Pecuária. No período, foram liberados R\$ 200 milhões para financiamentos no plantio de soja, milho e citricultura. Mas a medida não saiu do papel.

Fotos: Agência Estadual de Notícias



Efeitos da erosão

O que eles disseram

Confira o depoimento das autoridades que participaram do lançamento do projeto de Desenvolvimento da região do Arenito Caiuá, em Paranavaí, sexta feira, dia 27/05.



Paulo Roberto Meinerz, superintendente estadual do BB, fez a apresentação do projeto.

“O agronegócio do Paraná precisa de atenção e é assim que o governo do Estado irá atuar. O anúncio do programa representa a união de esforços para garantir uma importante conquista para o Noroeste do Paraná. Descemos do palanque para atuar com grandeza e responsabilidade, defendendo os legítimos interesses do povo do paranaense”.

Beto Richa, governador do Estado.

“Os interesses do Estado estão acima de todas as outras questões. Tudo que for para o crescimento do Paraná, o Banco do Brasil será um parceiro”.

Osmar Dias, vice-presidente de Agronegócios do Banco do Brasil.

“O Noroeste tem um grande potencial produtivo, mas necessita de apoio dos governantes. O governo será um parceiro dos produtores com apoio técnico e tecnológico”.

Noberto Ortigara, secretário da Agricultura.

“Trata-se de um projeto de longo prazo, que vai apresentar resultados bastante concretos lá na frente. É relevante para melhorar a vida das pessoas dentro de uma nova visão para as relações políticas e de articulação com o Estado, esquecendo as diferenças para trabalhar em conjunto, somando esforços para o bem do Paraná”

Gleisi Hoffmann, senadora.

“É uma excelente ação do governo federal por intermédio do Banco do Brasil que impulsionará a economia regional com o aumento da produtividade e geração de emprego e renda. Serão investidos milhões neste projeto”.

Osmar Serraglio, deputado federal.

“É uma ótima notícia para toda a grande região do Arenito Caiuá, porque este programa de ampliação do crédito vai beneficiar as principais atividades produtivas estabelecidas nos municípios”.

Zeca Dirceu, deputado federal.

“O projeto vai beneficiar toda a região e promoverá o desenvolvimento da agropecuária. É uma proposta que não ficará apenas no papel”.

Fernando Scanavaca, deputado estadual.

“O Banco do Brasil vai ampliar as linhas de crédito na região do Arenito, mas, sobretudo, apoiar a capacitação dos produtores rurais e incentivar o uso da tecnologia”.

Walter Malieni, diretor de Crédito do Banco do Brasil.

A Crise dos produtores de arroz do Paraná

Arquivo

FAEP reivindica medidas urgentes do governo do Estado e Mapa

A FAEP encaminhou ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e ao governo do Estado do Paraná solicitando medidas urgentes para reverter crise dos produtores paranaenses de arroz. No Paraná, a cultura de arroz tem maior importância nos municípios do extremo Noroeste, onde a maioria das propriedades é de pequenos produtores e suas famílias dependem exclusivamente da cultura do arroz para sobrevivência.

As medidas solicitadas ao governo do Estado e ao Mapa pela FAEP são:

- A presunção de crédito de 6% pela Secretaria da Fazenda do Estado nas vendas internas e 11% nas vendas interestaduais das indústrias, quando estas adquirirem, mediante comprovação do CADPRO, arroz produzido no Paraná;
- Apoio junto aos ministérios da Agricultura e da Fazenda para inclusão do Paraná na Portaria Interministerial nº. 254, de 17 de maio de 2011, possibilitando o lançamento de Contratos de Opção Público e Privados de Venda para os produtores de arroz, pois apenas RS e SC foram beneficiados com essa medida;
- Articulação junto ao Ministério da Agricultura para liberar apoio à comercialização de 20 mil toneladas no Paraná na modalidade de Aquisição do Governo Federal (AGF).
- Apoio junto ao governo federal para medidas de suspensão temporária da importação de arroz dos países do Mercosul, tendo em vista que a produção nacional atende o consumo interno;

- O governo do Estado pode ainda intervir na política tributária para corrigir parte do problema dos rizicultores, uma vez que a carga tributária de 7% de ICMS prejudica a cadeia produtiva do arroz em relação a outros Estados que já adotaram esta prática.

A SITUAÇÃO NO PARANÁ

A colheita de arroz no Paraná está praticamente concluída devendo totalizar uma produção de 186 mil toneladas. O ritmo de comercialização é muito lento tendo atingido o percentual de 21% em abril contra 52% em igual período do ano passado. O motivo é que os preços atuais de R\$ 23,00 pela saca de 60 quilos são inferiores em 34% ao preço estabelecido na Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Além disso, o preço mínimo adotado pelo governo federal está desatualizado e é menor que o custo de produção para o arroz no Paraná estimado pela Conab em R\$ 34,40 pela saca de 60 quilos. Os preços atuais de R\$ 23,00 pela saca de 60 quilos são inferiores em 34% ao preço estabelecido na PGPM. Além disso, o preço mínimo adotado pelo governo federal está desatualizado e é menor que o custo de produção para o arroz no Paraná estimado pela Conab em R\$ 34,40 pela saca de 60 quilos.

No Paraná, a produção representa apenas 35% do consumo interno, sendo o restante importados de outros estados e de países do Mercosul, daí a importância de se preservar o produtor e a indústria paranaense. *



Navios

Pela legislação internacional, os navios são obrigados a deixarem a mostra duas bandeiras de países, uma na popa, referente a sua nacionalidade e uma na parte mais alta do mesmo, referente ao país a qual pertence as águas que está navegando.



O menor do mundo

O Vaticano era uma figura da mitologia romana que “abria a boca do recém nascido para que ele pudesse dar o primeiro grito, o primeiro choro”. Era também o nome de uma das sete colinas de Roma onde se erguia o Circo de Nero. Lá, São Pedro foi martirizado e sepultado. Com 44 hectares (0,44 km²) e com uma população de pouco mais de 800 habitantes, é o menor Estado do mundo, tanto por população quanto por área.

Carros de Fórmula 1



- 605kg é o peso mínimo do carro com tanque vazio e o piloto dentro.
- 2kg é o que um piloto perde, em média, por GP.
- 352 toneladas de equipamentos são transportados para os GPs fora da Europa, por aviões de carga.
- 95kg é o peso de um motor V8 de F-1, um dos mais leves do mundo.
- 2,6 segundos é o tempo que um F-1 leva para fazer de 0 a 100 km/h.
- 362 km/h é a maior velocidade atingida num GP atualmente.
- 2.000 trocas de marcha são feitas durante o GP de Mônaco, o mais exigente para o câmbio.
- O câmbio tem 7 marchas, mais a ré, raramente é usada.

BEM NA FOTO



Você é um tafóforo?

Muitas pessoas pedem para serem cremadas com medo de serem enterradas vivas. Esse receio de acordar dentro de um caixão, debaixo da terra, sufocado, é chamado tafofobia - medo de ser enterrado vivo.



O maior túnel ferroviário

O Gotthard Base Tunnel é o maior túnel ferroviário do mundo com 57 km de comprimento. O recorde anterior pertencia ao Seikan, no Japão, com 53,6 km. Iniciada há 14 anos, a construção do Gotthard Base Tunnel nos Alpes suíços vai custar cerca de US\$ 15,7 bilhões e tem previsão para entrar em operação apenas em 2017.

Com teu Lulu ou Saddam

- Dê bronca na hora certa. Não adianta brigar com teu cão depois que ele fez besteira. Ele não vai entender. Quando perceber que ele fez algo errado, repreenda-o com um “não”. Isso basta.
- Se o Lulu ou Saddam vê o dono mexendo no jardim, ele terá a vontade e curiosidade de fazer o mesmo. Quando for mexer no seu canteiro, certifique-se de que ele não está por perto.



Papagaio come milho, periquito leva a fama

O que engorda mais: o arroz ou o macarrão? Se compararmos cem gramas de cada, o arroz ganha. Porém, o macarrão leva a fama porque se adiciona gordura no seu cozimento e soma-se a ele os molhos com suas variações calóricas.

Mãe é Mãe (Capítulo II)

Minha Mãe me ensinou a **enfrentar os desafios...**

“OLHE PARA MIM! ME RESPONDA QUANDO EU TE FIZER UMA PERGUNTA!”

Minha Mãe me ensinou sobre **raciocínio lógico...**

“SE VOCÊ CAIR DESSA ÁRVORE VAI QUEBRAR O PESCOÇO E EU AINDA VOU TE DAR UMA SURRA!”

Minha Mãe me ensinou **medicina...**

“PÁRA DE FICAR VESGO MENINO! PODE BATER UM VENTO E VOCÊ VAI FICAR ASSIM PARA SEMPRE.”

Minha Mãe me ensinou sobre o **reino animal...**

“SE VOCÊ NÃO COMER ESSAS VERDURAS, OS BICHOS DA SUA BARRIGA VÃO COMER VOCÊ!”

Minha Mãe me ensinou sobre **genética...**

“VOCÊ É IGUALZINHO AO SEU PAI!”

Minha Mãe me ensinou sobre minhas **raízes...**

“TÁ PENSANDO QUE NASCEU DE FAMÍLIA RICA É?”

Minha Mãe me ensinou sobre a **sabedoria ...**

“QUANDO VOCÊ TIVER A MINHA IDADE, VOCÊ VAI ENTENDER.”

Dos gênios da raça em prova do ENEM

- ✓ Quando um animal irracional não tem água para beber, só sobrevive se for empalhado.
- ✓ O batismo é uma espécie de detergente do pecado original.
- ✓ O Chile é um país muito alto e magro. Já a China é um país baixo, gordo e dos olhos puxados!
- ✓ Antes de ser criada a Justiça, todo mundo era injusto.
- ✓ A insônia consiste em dormir ao contrário.
- ✓ As plantas se distinguem dos animais por só respirarem a noite.
- ✓ Na Grécia, a democracia funcionava muito bem porque os que não estavam de acordo se envenenavam.



CURSOS

Teixeira Soares



Empreendedor Rural

O Sindicato Rural de Teixeira Soares promoveu a realização de mais um curso do Programa Empreendedor Rural (PER) em 6 de maio. A turma com 20 participantes tem como facilitador Josias Ribeiro Lourenço.

Cornélio Procópio



Empreendedor Rural

O Sindicato Rural de Cornélio Procópio, em parceria com SENAR-PR, realizou uma sensibilização a produtoras e produtores rurais para a participação do curso “Empreendedor Rural”. A nova turma começa as atividades na segunda quinzena de junho. Na coordenação do médico veterinário e o instrutor Cristiano Leite Ribeiro.

Terra Roxa



Armazenagem

O Sindicato Rural de Terra Roxa e a C.Vale Cooperativa Agroindustrial – unidade de Santa Rita do Oeste- realizaram o curso de Armazenagem, entre os dias 2 e 6 de maio. Com uma duração de 40 horas, 10 funcionários de fazendas na região participaram do curso.

Cantagalo



Mulher Atual

O Sindicato Rural de Guarapuava - Extensão de Base Cantagalo, em parceria com o SENAR-PR, iniciou dia 20 de maio o curso Mulher Atual. São 10 encontros semanais, em período integral, até o dia 29 de julho. A turma com 22 alunas terá como instrutora Ednilza Godoy Vieira.

Pérola



Curso de Rédeas

O Sindicato Rural de Pérola realizou, em parceria com o SENAR-PR, o primeiro curso de Rédeas com a participação de 12 produtores rurais do município e região. O evento foi realizado no Rancho Teodoro, nos dias 21 a 25 de março com a instrução de Jaime Bardi Filho.

Realeza



Mulher Atual

A turma do curso Mulher Atual do município de Realeza organizou um Concurso de Customização das Bolsas, com direito a júri e critérios de avaliação, criado pelas próprias participantes. Foi um momento de muita descontração com direito a tapete vermelho, música e muita alegria. O grupo teve como instrutora Sandra Cardoso Dias.

Nova Fátima



Mulher Atual

Informações sobre a preservação do Meio Ambiente e plantio de 200 mudas de árvores fizeram parte das atividades finais do Programa Mulher Atual, em Nova Fátima. O plantio ocorreu em áreas de APP (matas ciliares dos rios), no último dia 14. Segundo a Instrutora Maria de Fátima Bittencourt, "as alunas compreenderam que preservar o meio ambiente e contribuir com a mata ciliar deve ser uma prioridade". A iniciativa teve o apoio da Secretaria Municipal da Agricultura e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). As mudas, plantadas na propriedade da participante Maria Isabel, foram fornecidas por Júlio Cesar Ferreira. Ele possui um viveiro e tornou-se empreendedor a partir do curso Empreendedor Rural, do Senar/PR.

POSSE



Ponta Grossa

Tomou posse no dia 20 de maio o novo presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa, Gustavo Ribas Netto para o triênio 2011/2014. Também foram eleitos: Mauricio De Lara Podolan na vice-presidência; Luiz Eduardo Pilatti Rosas e Marcos Degraf na secretaria e Alceu Becker Sergio Antonio Sozim na tesouraria. O diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin esteve presente no evento.

Parabéns à Rosângela

Quero parabenizar a Rosângela Berta pela coragem com que deu sua opinião no Boletim Informativo 1137. Digo mais. Nós, pequenos agricultores, não somos obrigados a pagar a conta do desmate dos grandes. Exemplificado na Amazônia com desmate a céu aberto, e não se toma uma providência.

Parabéns,
Pedro Garcia.

20 mil árvores



Desde o início de maio, a Sociedade Thalia de Curitiba vem dando um bom exemplo, com a recuperação ambiental da sua sede de campo, em Balsa Nova, a 38 km de Curitiba. No programa ambiental do clube, Dia Verde, sócios e convidados plantaram 6.000 mudas de árvores nativas (Angico Vermelho, Aroeira Vermelha, Aroeira Salsa, Guruaia, Imbuia e Pinheiro) e frutíferas (Ameixa, Araça Vermelho, Araça Amarelo, Ariticum, Goiaba e Pitanga) em substituição a espécies exóticas. Para o presidente da Sociedade, Vilmar Schultz, a participação de mais de 250 pessoas, entre associados, integrantes de dois grupos de escoteiros e convidados foi um sucesso. “Seria muito mais fácil contratarmos uma empresa para fazer o plantio, mas nosso objetivo é maior. Queremos sensibilizar a comunidade e mobilizá-la para o uso dos espaços rurais de acordo com as melhores práticas ambientais”, disse. Ao final de três anos, o clube terá 20 mil novas árvores.

Zeca Dirceu

Senhor presidente Ágide Meneguette, Informo que desde o mês de março deste ano venho mantendo audiências no Ministério do Desenvolvimento Social e no Banco do Brasil, e formalizei pedidos de aumento da cota de arroz no PAA, liberação de EGF e agilização no escoamento de arroz adquirido pela Conab. Também formalizamos ao deputado Luiz Carlos Heinze, relator da MP 519, a ampliação do limite do arroz a ser doado, especificando uma cota fixa para o Paraná, atendendo a expectativa de comercialização dos produtores. Seguirei defendendo as propostas apresentadas pela FAEP, confiantes de uma solução definitiva de interesse dos produtores paranaenses.

Atenciosamente,
Deputado federal Zeca Dirceu – PT/PR.

Rubens Bueno

Senhor presidente Ágide Meneguette, informo que recebemos a solicitação do Sistema FAEP para prorrogar o prazo final para renegociação e liquidação da Dívida Ativa da União (DAU) para 30 de novembro, com o objetivo de serem renegociadas as dívidas inscritas até 31 de maio deste ano. A reivindicação é justa e já está sendo articulada pelos parlamentares, representantes do setor agropecuário e da bancada do PPS. Envidaremos todo o esforço no sentido de aprovação das propostas da FAEP.

Correções

1. Na matéria **“As lições aprendidas no exterior”** publicada no Boletim da semana passada (1138), erramos ao tratar como “canjas” e não “cangas” o local onde os animais se alimentam enquanto esperam para voltar ao pasto”. “Canja”, como sabemos, é de galinha ou trecho de música cantada por artista famoso.
2. Ao contrário do que o IBGE (dados de 2006) aponta (matéria “Final, o que é módulo fiscal e rural?”) no Brasil não são 84,4% de propriedades rurais classificadas como de agricultura familiar. E, sim 92%, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV).



OIE

A FAEP na reunião da OIE

Os temas: Febre aftosa, erradicação da peste bovina e bem estar animal

O superintendente do SENAR-PR, Ronei Volpi, e o assessor da presidência da FAEP, Antônio Poloni, participaram da 79ª Sessão Geral da Assembleia Mundial de Delegados da Organização de Saúde Animal da OIE, que aconteceu em Paris entre os dias 22 e 27 de maio.

Neste ano dois temas principais foram discutidos no evento: “A contribuição decisiva das atividades veterinárias na segurança alimentar” e a “aplicação de uma estratégia mundial para o controle da febre aftosa”. De acordo com Poloni, um dos destaques do encontro foi o anúncio da erradicação da peste bovina em todo o planeta. “Agora nós questionamos quando será o fim da febre aftosa. A resposta é uma ação conjunta entre os países, uma vez que cada um deles precisa estabelecer prioridades para participar deste trabalho”, observou.

Ele destacou ainda a participação do presidente do Paraguai, Fernando Lugo, que indicou um delegado de carreira permanente na OIE. Segundo Poloni, o presidente paraguaio declarou que vai priorizar a sanidade animal no país vizinho. “A atuação do Paraguai em relação à sanidade vai beneficiar o Brasil”, apontou.

Outro tema discutido durante o encontro foi o bem estar animal. O superintendente do SENAR, Ronei Volpi, ressaltou que cabe ao Brasil investir em pesquisas para defender o sistema brasileiro de produção. “Nós precisamos provar que os sistemas brasileiros são compatíveis com as regras internacionais e são mais sustentáveis quando comparados a outros países”, avaliou, acrescentando que o assunto continua em discussão e deve retornar à pauta do encontro da OIE, no ano que vem.

A OIE é uma organização intergovernamental criada por 28 países em 25 de janeiro de 1924 e hoje conta com quase 180 nações associadas. É uma referência em normas de sanidade, bem estar animal e inocuidade de alimentos de origem animal.



Av. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
www.sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto, Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Polo e Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin e Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana



SENAR - Administração Regional do Estado do PR

Av. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar
CEP 80010-010 | Curitiba | Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
www.sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo

Presidente: Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos:

Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal:

Sebastião Olímpio Santoroza, Luiz de Oliveira Netto e Jairo Correa de Almeida

Superintendência:

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Coordenação de Comunicação Social:

Cynthia Calderon

Redação:

Christiane Kremer, Hemely Cardoso, Katia Santos

Diagramação e Projeto Gráfico:

Alexandre Prado

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR.

Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

"Quem polui é tolerado, quem limpa é multado"

Existe a percepção equivocada, especialmente entre as pessoas que habitam as cidades, de que as causas dos malefícios ao meio ambiente estão nas áreas agrícolas. A legislação reforça essa visão distorcida, sobrecarregando o setor produtivo rural com pesados ônus preservacionistas. As cidades, porém, são poupadas de responsabilidade ambiental similar: águas são desperdiçadas e poluídas, não há preocupação com o volume e destinação do lixo; contamina-se o ar e eliminam-se as possibilidades da vida silvestre que

poderia haver nos rios, em suas margens e nas poucas reservas florestais existentes nas áreas urbanas.

No campo, a terra é utilizada para produzir alimentos e riquezas agrárias. Nas cidades, os solos são ocupados com construções, ruas e praças, além de serem recortados para as redes de serviços urbanos

Incessantemente a FAEP desenvolve estudos e projetos através de seus técnicos ou de entidades com respeitabilidade no meio acadêmico e científico voltados ao interesse do produtor rural.

Recentemente foi realizado um diagnóstico sobre a tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades, contrastando ao meio rural, onde ocorre uma desproporcional regulamentação legal e ações fiscais.

Seus autores foram consultores ambientais e professores da PUC-PR, que realizaram um diagnóstico sobre a tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades, contrastando ao meio rural, onde ocorre uma desproporcional regulamentação legal e ações fiscais. Ou seja, quem polui é tolerado, quem limpa é multado.



Fotos: Arquivo

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável